

**CONSELHO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS – COPHAM
6ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2021/2023**

1 **ATA DA SEXTA SESÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE**
2 **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS, BIÊNIO**
3 **2021 A 2023.** Ao sexto dia do mês de outubro do ano de 2021, às 14h, reuniram-se,
4 de forma presencial e virtual, na Sala de Reunião do Salão Solimões, sito Avenida
5 Sete de Setembro, nº 1546 – Centro, Manaus, Amazonas, CEP 69005-141. Conforme
6 Ofício Circular nº 06/2021-GP/COPHAM. Em virtude dos poderes investidos, pelo
7 artigo 3º do decreto 25.978/2006, assumiu a presidência da sessão o senhor
8 **MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO** e convidou o sr. **ABRAHIN BAESE**
9 representante do IGHA neste conselho, para compor a mesa diretora nos termos do
10 regimento interno e, como secretária para auxiliá-lo nos trabalhos a srta. **TAMIRIS**
11 **LIMA**, secretária geral deste COPHAM. Composta a mesa diretora, o quórum e os
12 presentes de hoje serão informados pela secretária auxiliar indicado para esta
13 reunião, sendo informado que 6 (seis) conselheiros titulares e 1 (um) suplente se
14 encontram participando por meio físico ou virtual, conforme lista de presença em
15 anexo. Informou a ausência do conselheiro Carlos Flávio (CREA) por motivos de
16 viagem, representado na sessão pela suplente da cadeira. Em ato contínuo,
17 agradeceu a presença de todos e passou para o **EXPEDIENTE**: Informou que
18 referente à última reunião, a ata será encaminhada no decorrer da semana para
19 análise, caso haja alguma ressalva poderá ser feito por e-mail ou via WhatsApp,
20 porém a versão final será antes da próxima reunião. Em resumo daquela sessão,
21 foram tomadas as seguintes ações: **a)** Foi realizada a consulta à Casa Civil acerca
22 das nomeações da Amazonastur, IAB-AM e DPH/SEC (suplente), e foi informado que
23 já foi enviada a mensagem do governador a Aleam; **b)** Sobre os bens tombados na
24 resposta recebida da Aleam, na qual constavam 13 (treze) leis de tombamento, a
25 equipe de apoio ao COPHAM já relacionou os demais bens tombados que não
26 constaram na lista; **c)** Foi feito contato com a conselheira Dermi Melo, com o intuito
27 de viabilizar uma conversa com aquela casa para discussão sobre a revisão das
28 normas de tombamento e salvaguarda; **d)** Foi encaminhado ao assessor jurídico,
29 integrante da equipe de apoio, pedido de revisão de toda a legislação do COPHAM,
30 tombamento material e lei de tombamento imaterial e sugestão de nova legislação, o
31 qual já foi encaminhado o estudo preliminar aos conselheiros. Informa que a ata
32 referente a última reunião, será encaminhada no decorrer da semana para a análise,
33 se houver alguma ressalva poderá ser feito por e-mail ou via WhatsApp, porém a
34 versão final será antes da próxima reunião. Daquela sessão, foram tomadas as
35 seguintes ações: foi realizada consulta à casa civil acerca das nomeações da
36 Amazonastur, IAB-AM e DPH da SEC, foi informado que já foi enviada a mensagem
37 do governador à assembleia, para que possa ter isso devidamente regularizado.
38 Sobre os bens tombados, na resposta recebida da ALEAM, na qual constavam 13 leis
39 de tombamento apenas, a equipe de apoio ao COPHAM, já relacionou todos os bens

40 tombados que não constam na lista, ou seja, além das que eles mandaram, foi feito
41 um rastreamento, um levantamento, conforme consta na lista. Foi feito contato com a
42 conselheira Dermi Melo com intuito de viabilizar uma conversa com aquela casa, para
43 discussão para revisão das normas de tombamento e salvaguarda. Relatou que foi
44 encaminhado ao assessor jurídico, integrante da equipe de apoio pedido de revisão
45 de toda a legislação do conselho, tombamento material e lei de tombamento imaterial
46 e sugestão de nova legislação, o qual já foi encaminhado o estudo preliminar aos
47 conselheiros. A equipe de apoio do conselho elaborou organograma e fluxograma, os
48 quais serão apresentados em minuta na próxima reunião para análise e sugestão.
49 Logo após eventuais ajustes, será submetido ao pleno para implantação. Isso foi uma
50 das tarefas que ocorreram nesse mês, e que já visualizou o organograma e
51 fluxograma, que precisa ser exposto para apreciação do conselho, e isso é um
52 documento que também vai compor o que seria a nova legislação, uma vez que
53 qualquer documento, ao ser apresentado, vai seguir esse fluxo e seguir também a
54 forma como o organograma pede, cabendo a cada um, sua função no processo de
55 avaliação e análise de tombamento. Informou que em breve será incluído no site da
56 SEC a página dos conselheiros, constando o ícone do conselho. No momento estão
57 elaborando um estudo sobre a possibilidade de ampliar e dar mais visibilidade a essa
58 futura página, além da estrutura do seu formato, que incluirá um descritivo histórico
59 sobre o conselho, a biografia, com fotografia e e-mail dos conselheiros, juntamente
60 com acesso ao banco de tombamento. Ele pediu que fosse criado um e-mail do
61 conselho para não expor e-mails pessoais, caso alguém queira encaminhar alguma
62 demanda, possa fazê-lo através desse e-mail institucional. **O PRESIDENTE** disse que
63 conversou também sobre não divulgar a lista do que está e não está tombado, tem
64 que efetivamente possuir esse dossiê, essa informação para, quando consultados,
65 consiga dar essa devolutiva de forma imediata. Ele questiona sobre a Banda Blue Bird
66 e fala que está aguardando as informações para que seja dada legitimidade a esse
67 processo. Disse que pretende levar para reunião com eles a proposta do prêmio que
68 foi conversado, de pegar um nome, um artista, que pode ser, Zezinho Corrêa, de dar
69 esse prêmio que é como se fosse a medalha Ruy Araújo. E aí eles premiam da
70 maneira que quiserem. Ressaltou a importância dos encontros e que eles não sirvam
71 apenas para cumprir agenda e sim para cuidar dos conselhos, para atuar durante o
72 mês, entre uma reunião e outra, pois sempre tem algum assunto para trazer, para
73 debater, para discutir, é taxativo em dizer que cobra. Para o conselho não se diluir,
74 ficar sem propósito como nos outros casos. Mesmo estando na 6ª sessão, ainda tá
75 em fase de estruturação. E, só vai considerar o conselho, que já está implementado,
76 sem sombra de dúvidas, quando tiver estabelecido conversa com a assembleia,
77 porque é ela quem vota, então, o conselho tem que estar com essas informações nas
78 mãos, com essa legislação devidamente atualizada, oxigenada, estruturada, pois ele,
79 sabe quais são os bens tombados material e imaterial. Referiu-se ao tombamento do
80 Rio Negro, para que realmente haja. E então, montar uma agenda, programar
81 passeios para ver como está o Centro histórico, o próprio IPHAN que faz eventos
82 regulares, o conselho possa comparecer, assistir, apreciar. Ele relata que o município
83 também tem feito eventos com frequência, inclusive no Centro histórico e deveria

84 convidar o conselho para apreciar, pedir para que fosse vista a possibilidade de fazer
85 uma identificação, para que se possa ter acesso facilitado a alguns espaços. É uma
86 forma de respaldar, respeitar, dar o devido valor ao conselho, e as pessoas possam
87 realmente enxergar que esse conselho não é como outro. Citou como exemplo um
88 outro conselho do qual fez parte, foi em alguns encontros e acabou. Ressalta que,
89 tanto aqui quanto na AADC as reuniões são regulares e inclusive. Comenta que, o
90 presidente da AFEAM Antônio Silva, percebeu a preocupação do conselho de ter essa
91 regularidade. Então, esse é o objetivo. Sem mais nada para o expediente passou às
92 proposições indicadas na pauta para essa reunião. Finaliza perguntando se algum
93 conselheiro tem mais alguma proposição para inclusão na pauta. **A conselheira**
94 **Regina Lobato** argumentou que os quatro imóveis para os quais o conselho realizou
95 o levantamento cadastral foram publicados, destacando como algo fantástico. Em
96 resposta, o **PRESIDENTE** mencionou que esse já é um modelo apropriado que pode
97 ser adotado. **A conselheira Regina Lobato** mencionou que era importante que todos
98 tivessem uma ideia do processo. **O PRESIDENTE** pediu que a conselheira se
99 aproximasse da câmara para que todos pudessem ver a estrutura, notando que se
100 tratava de um livrinho específico do Teatro da Instalação. Ressaltou também a
101 importância de outros locais, como a Casa da Cultura, Teatro da Instalação, Museu
102 da Casa do Eduardo Ribeiro, e o Palácio Rio Negro. Ele elogiou o excelente modelo
103 trazido pela conselheira, recomendando a replicação do mesmo padrão, critérios e
104 estrutura, destacando a importância de incluir plantas de situação, plantas baixas,
105 cortes, fotos, mobiliário, entre outros elementos. enfatizou que tudo o que está sendo
106 tombado, tanto como bem material quanto imaterial, requer um processo passo a
107 passo. Para os bens imateriais, os critérios são claros, e para sua inscrição, é
108 necessário seguir um checklist específico para garantir a conformidade com os
109 padrões estabelecidos. **A conselheira Eneila** destacou que essa abordagem torna o
110 processo mais didático. **O PRESIDENTE** mencionou a possibilidade de disponibilizar
111 online o arquivo com todas essas informações, indicando que esta é a tendência atual.
112 **A conselheira Carla Bitar** sugeriu a criação de um e-book. Em relação à publicação,
113 a conselheira destacou que está principalmente relacionada à materialidade dos bens,
114 compreensão da arquitetura, seus elementos e tipologia. Ela mencionou que seria
115 importante acrescentar um foco no estado de conservação no ato do tombamento, e
116 sugeriu a realização de uma pesquisa de apropriação social do bem, atualizada,
117 visando agregar valor cultural ao patrimônio arquitetônico. **A conselheira Regina**
118 **Lobato** disse que o estado de conservação é o que vai acontecer. Ela vai fazer do Rio
119 Negro, e não pode voltar atrás, pode ter as fotos antigas como referência, mas no
120 cadastro vai mostrar o que é atual. Então, ele vai aparecer no momento do
121 tombamento. É preciso reunir essa parte da prefeitura, afirma que será agendado. A
122 conselheira pensa que o que tomba é o complexo, aquela área toda para não perder.
123 Como já está tombado pelos outros sem ninguém saber onde está tombado. É o
124 complexo que está tombado. Ela só faria as regras de tombamento do clube, e deixaria
125 aquela área. Se alguém quiser modernizar a área que está lá dentro, a conselheira
126 não vê valor nos outros imóveis, como vê na sede. Então, ela faria só o que tem
127 interesse histórico e arquitetônico, no caso, a sede. Pois, nem a piscina e nem a

128 quadra terão um acervo histórico e arquitetônico de valor. A conselheira, acrescenta
129 que, não sabe como faria isso, como vai descrever isso em um tombo. Na opinião do
130 **Abrahim Baze**, a preocupação deve ser com a sede porque o restante foi agregado,
131 inclusive mutilado, a quadra de esportes, a piscina, a Alvoradinha, que foi feito por
132 influência de Brasília. Ele acrescenta que, existe um interesse da Beneficente
133 Portuguesa em pedir o tombamento do hospital, e ele está orientando, como eles
134 devem proceder para chegar aqui, mostrar na reunião da diretoria, para discutir, e
135 como diretor da Beneficente seu interesse lá não é como diretor, e sim a preservação
136 do patrimônio, do imóvel. Nada mais havendo, o presidente passa para a ordem do
137 dia. **A conselheira Carla Bitar**, concorda que o acautelamento, deva se dar na área
138 total. Apesar de que, as partes edificadas vão ter tratamentos diferenciados, em
139 virtude da sua autenticidade, até porque é o conjunto que vai importar. **O vice-**
140 **presidente** acrescenta que aonde está o museu que foi criado por ele, deve retirar
141 dali. Que está dentro da sede e que era a sala de reunião da diretoria. Então, para o
142 tombamento, aquela sala tem que ser preservada, porque estão lá as mesas, as
143 cadeiras, os armários, o museu teria que ir para uma outra área, para aquela área, e
144 tem espaço. **O PRESIDENTE** retoma, de forma rápida, o assunto dos livros, do
145 material. Concorda com a conselheira Carla, e reforça que inclusive esse material, é
146 o levantamento cadastral de identificação, especificação de elementos arquitetônicos.
147 E para ter esse documento como material do tombamento, entraria aí todo esse
148 processo, como foi o processo de tombamento. **A conselheira Regina Lobato**,
149 acrescenta que na época, esse material foi utilizado pelo município, escolas, SEDUC.
150 **Abrahim Baze**, quer aproveitar a oportunidade na reunião, para falar sobre abrir um
151 espaço no programa Literatura em Foco, levar um material desse e divulgar. Ele afirma
152 que são 30 minutos de televisão para todo Brasil, depois isso entra no YouTube e
153 ganha o mundo. Para mostrar que está sendo feito esse trabalho, mostrar que o
154 conselho está preocupado com a preservação e já fica o convite aberto. **O**
155 **PRESIDENTE** pede que o conselheiro fale com a conselheira Regina pois é ela quem
156 faz, que já foi passada a informação de que vai conseguir montar um kit e dar para
157 cada um apreciar o material e terem boas ideias, de como fazer o do conselho,
158 acredita que ficaria legal. **A conselheira Carla Bitar** solicitou da equipe de apoio, o
159 reenvio da lista pois, ela acha que esteve ausente nas últimas duas reuniões, em
160 virtude de viagens, férias, e não conseguiu mandar sua substituta. **O PRESIDENTE**
161 sugeriu validar a lista. **A conselheira Carla Bitar** reitera que o conselho está
162 trabalhando na elaboração da normatização e tem algumas listas de imóveis de
163 referência e de imóveis de preservação. E essa lista está sendo desenhada com a
164 prefeitura. Sugere que ficaria muito bom se puder conciliar, unificar, sincronizar,
165 alinhar seus entendimentos daqueles imóveis que realmente têm valor de preservação
166 e atuarem conjuntamente, nessa listagem constam os imóveis que estão dentro da
167 poligonal, que é menor do que a poligonal da prefeitura. Mas dentro desse perímetro
168 estão acordando aquilo que entendem, podem combinar, acordo, 90% dos imóveis,
169 não tem problema. Comentou sobre a importância do conselho e salientou que a
170 prefeitura está lançando vários projetos no Centro histórico, então estaria no momento
171 de chamá-los para fazer uma apresentação para o conselho, pois, o conselho recebeu

172 essa equipe, tem teleférico, tem mirante, tem desapropriação, tem polos de inovação,
173 tem muita coisa, tem indicações de utilização de praças, eixos culturais. Ela informa
174 que o IMPLURB está liderando, mas tem uma equipe da prefeitura, que envolve
175 ManausCult, e outras secretarias. **O PRESIDENTE** acredita ser essa uma excelente
176 pauta para próxima reunião, uma pauta mais longa, imaginando que eles vão precisar
177 de um tempo maior para explanar tudo, e tomar conhecimento de tudo, para que todos
178 se integrem dentro desse processo, como estão trabalhando em cima da estrutura
179 antiga foi montado esse conselho nessa estrutura antiga, ele acredita que pode fazer
180 igual como estava fazendo com o dr. Cristian, que estava participando das reuniões,
181 como uma cadeira, precisa verificar. **Dr. Sérgio Cruz** esclareceu que a participação
182 pode ser através de convite, então a pessoa pode participar convidada, está em pauta
183 também, futuramente, uma revisão das cadeiras que participam deste conselho até
184 mesmo a participação porque tem alguns órgãos que seria interessante tá
185 participando aqui do conselho e que eles não têm cadeira ainda e também colocar
186 mais alguma pessoa da sociedade civil, eventualmente para ter também essa
187 participação. **O PRESIDENTE** disse que a cada reunião, poderá ser emitido um
188 convite para o município, para que ele participe. Por mais que não façam parte da
189 cadeira, ele participa, só não teria poder de voto, mas tomaria conhecimento e então
190 já amadurece esse formato no qual tem as três esferas envolvidas, é um ponto de
191 atenção importante. Reforçou que vai mandar a literatura que foi mostrada na reunião
192 para os conselheiros darem uma olhada, foi falado aqui na possibilidade de integrar
193 isso tudo a documentação relacionada ao tombamento. Relatou que a doutora Carla
194 pediu a relação do conselho para o IPHAN tomar conhecimento, na ocasião ele
195 comentou de ela cancelar essa relação se for o caso e também fornecer a relação
196 que está com o IPHAN. Alguém ligou para ele e disse não, a pessoa disse a ele que
197 gostaria de pedir ajuda pelo fato de ser um lugar que é tombado pelo patrimônio
198 histórico. É um lugar em Paricatuba, teriam que ir lá, “não tem noção do que é o
199 tombado do Patrimônio Histórico”. **A conselheira Regina Lobato disse que** é
200 tombado como arqueológico pelo IPHAN. **A conselheira karla Bitar** esclareceu que
201 existe um tombamento das ruínas pelo IPHAN, no entanto, é um sítio arqueológico
202 que na verdade, os sítios arqueológicos não precisam de tombamento para serem
203 objetos de preservação e de regramento de não destruição. Ela diz que é um sítio
204 histórico e quando recebeu a ligação da conselheira Regina e elas resolveram fazer
205 uma ação lá no local, IPHAN e Secretaria de Cultura, e assim o fizeram. enviou um
206 arqueólogo e ele identificou para além do Sítio Histórico possivelmente pode existir
207 um Sítio Ceramista de Aldeamento, ou seja, pré-histórico também no local e dessa
208 forma, a partir dessa identificação, foi enviado notificações aos proprietários, às
209 pessoas que estavam causando danos ou destruições para que não façam mais e
210 alertando a comunidade. Acredita que cabe no local um trabalho de educação
211 patrimonial para eles entenderem aquilo que eles têm, o patrimônio que eles ocupam
212 e eles não devem fazer nenhuma intervenção sem a anuência do IPHAN, lembrando
213 do acautelamento dos sítios arqueológicos e da parte de vocês é o tombamento
214 mesmo. **A conselheira Regina Lobato** compartilhou que, em relação aos bens
215 imateriais, é importante preservar a história daquela ruína que não pode ser alterada.

216 Ela sugeriu uma conversa com o prefeito para esclarecer como agir e identificar os
217 representantes das comunidades, a fim de que eles compreendam a situação e
218 possam transmitir as informações para toda a vila. **O PRESIDENTE** mencionou ter
219 uma boa relação com o prefeito e acredita que pode obter o espaço necessário para
220 a conversa, ressaltando a importância de preparar material pedagógico e didático para
221 apresentar durante o encontro. **O conselheiro Abraham Baze** contribuiu com sua
222 experiência em Paricatuba, onde além de mostrar a ruína, realizou entrevistas com
223 moradores que residem na região há mais de 50 ou 60 anos. **A conselheira Regina**
224 **Lobato** mencionou a situação em Barreirinha, onde o prefeito solicitou ao governador
225 a recuperação dos imóveis de Tiago de Melo, os quais não estão tombados, mas estão
226 sob a proteção do município. **A conselheira Karla Bitar** mencionou um pedido de
227 tombamento realizado com um inventário detalhado do bem em questão, que foi
228 encaminhado para o IPHAN sede para análise pelo conselho. **Regina Lobato** relatou
229 que o pedido foi aprovado para tombamento em nível nacional. **Karla Bitar** ressaltou
230 a importância de que os bens tombados pelo IPHAN tenham relevância em escala
231 nacional, não somente local, estadual ou municipal. Levantou a reflexão sobre as
232 casas de Tiago de Melo projetadas por Lúcio Costa, questionando se outras
233 edificações Brasil afora foram tombadas. Ela destacou a importância de considerar a
234 relevância nacional para o tombamento. Essa análise mais ampla é essencial ao
235 avaliar a importância nacional dos bens. Ressaltou que, embora a superintendência
236 possa sugerir, a decisão final não cabe a eles. **O PRESIDENTE** compartilhou sua
237 visita recente a Barreirinha, onde foi provocado a refletir sobre a situação de um imóvel
238 que foi objeto de discussão. Ele mencionou que, em geral, as pessoas não
239 compreendem totalmente o processo de tombamento de um imóvel. Existe a ideia
240 equivocada de que ao ser tombado, o imóvel será automaticamente recuperado,
241 restaurado e preservado, quando na realidade é possível preservar ou restaurar um
242 imóvel sem necessariamente tombá-lo. Ele destacou a importância da colocação
243 sobre a necessidade de relevância em nível nacional para intervenções do IPHAN.
244 Durante sua visita, o presidente identificou uma praça e uma área onde Thiago de
245 Melo costumava caminhar, um salão que precisa ser desobstruído e limpo, e uma
246 casa de dois andares em estado decrepito, necessitando de reforma significativa. Ele
247 ressaltou que a praça precisa de limpeza, conservação e calçamento, e que cada
248 caminho possui um nome designado por Thiago. Além disso, mencionou a casa às
249 margens do rio, que foi afetada pela erosão provocada pela retirada da pavimentação
250 da rua, durante uma tentativa anterior de reforma, levando a problemas estruturais na
251 cobertura e eventual inundação durante enchentes. Diante desse cenário, enfatizou a
252 importância de ações práticas, como ocupação, limpeza e pequenas reformas para
253 recuperar a funcionalidade dos espaços, observando que muitas vezes as
254 expectativas em relação ao tombamento superam a capacidade das autoridades
255 locais de atuar. Ele destacou que a prefeitura deseja que o Estado assuma a
256 responsabilidade para promover as intervenções necessárias, visto que a vontade do
257 poder público muitas vezes é mais premente do que o processo de tombamento. **A**
258 **conselheira Karla Bitar** ressaltou a importância do tombamento federal, destacando
259 que ao realizar o tombamento de um bem, é possível acessar recursos como os

260 provenientes de emendas parlamentares ou fundos de direito. No entanto, o fato de
261 um bem ser tombado não garante que esses recursos serão automaticamente
262 alocados, pois é necessário primeiro avaliar a integridade do bem. Frequentemente,
263 as intervenções realizadas não têm como objetivo restaurar completamente o bem,
264 mas sim mantê-lo em uma condição mínima para evitar sua deterioração, permitindo
265 que o proprietário busque recursos para uma preservação sustentável. **O**
266 **PRESIDENTE** concordou com a contribuição da conselheira, mencionando a
267 possibilidade de enviar uma equipe para avaliar a situação e definir quais ações
268 podem ser realizadas para manter e preservar o patrimônio. Ele ressaltou a
269 importância de dar um retorno à prefeitura para demonstrar que o poder público está
270 atuando, especialmente considerando a relevância das edificações associadas a
271 Thiago de Melo e o interesse em reconhecê-lo, especialmente dada sua idade
272 avançada. Também mencionou uma conversa com Marcelo Borborema, que
273 apresentou um projeto para as casas anteriormente, mas a falta de clareza sobre os
274 valores necessários para sua execução foi um obstáculo. Ele expressou a importância
275 de trazer de volta o Marcelo, incentivando-o a contribuir com seus projetos e ideias. **A**
276 **conselheira Regina Lobato** sugeriu que Marcelo pudesse acompanhar o conselho
277 devido ao avanço que seus projetos representam, facilitando o processo de tomada
278 de decisões. **O PRESIDENTE** expressou seu interesse no projeto de Marcelo e
279 considerou a importância de mobilizar tanto o Estado quanto o município para que o
280 projeto receba a devida prioridade e atenção. relatou que tem mais um
281 encaminhamento e ainda dando continuidade, também foi colocada a possibilidade
282 de trazer para a mesa o pessoal da prefeitura com o projeto deles para que se possa
283 tomar conhecimento e até contribua em algum caso, todos estão de acordo? pediu
284 para quem estiver de acordo levantar a mão, só para ter essa concordância do
285 conselho todo. (todos levantaram a mão. Confirmou que está definido que será feito
286 esse convite à prefeitura para que eles tragam e apresentem os projetos do Centro
287 Histórico, chegaram a apresentar a ele de forma muito informal, o convidaram, mas
288 não avançou. Foi uma vez com a Fernanda, ainda na gestão passada e ele foi lá no
289 Café Teatro participar de uma reunião. Falou sobre o estudo e previsão da legislação
290 do COPHAM conforme foi apresentado, isso aqui já é outro assunto, o primeiro era o
291 do Gambá, vai ser passado para câmara para análise e considerações. O segundo é
292 o estudo e revisão da legislação do COPHAM, conforme apresentado pela equipe de
293 apoio tem o estudo preliminar apresentado dos critérios de tombamento. **Dr. Sérgio**
294 **Cruz** explicou que esse estudo preliminar é somente para dar uma noção de como
295 está a situação atual da lei, então o que nós temos é a lei de 82, essa lei, como na
296 época não estava tão amadurecido a parte imaterial se vê na lei, que ela coloca como
297 tombamento tanto parte imaterial quanto material, a ideia na época era essa. Na época
298 foi colocado as obrigações de execução daquela lei para o conselho, só que esse
299 conselho depois foi desfeito. Veio uma lei em 2001 que encerrou as atividades do
300 conselho passando para a SEC as responsabilidades. Nesse meio tempo houve um
301 outro decreto que criou novamente o conselho, só que nós temos um impasse, e qual
302 seria esse impasse? É que uma lei é muito mais forte que um decreto, então a criação
303 do conselho tem que ser feita através de uma lei, nesse caso aqui ou o conselho

304 reforma a lei de 82 ou faz uma nova já para incluir a lei, o conselho e também já
305 começar a fazer o registro dos bens imateriais naquela lei, porque hoje, fazer os
306 registros dos bens imateriais ele está sendo feito através de decretos também.
307 Explicou a diferença que tem entre lei e decreto. A lei é mais difícil de ser mudada, já
308 o decreto não, quando muda o governador, ele muda ao seu bel prazer, enquanto a
309 lei não. O que acontece? A lei passa por uma análise da assembleia, tem todo um
310 procedimento que torna bem mais difícil trocar as proposições que estão ali dentro.
311 Nesse item também foi identificado com base no levantamento que foi feito dos bens
312 tombados pela assembleia, que eles estão usando para esses tombamentos o artigo
313 207 da Constituição Federal, esse artigo é genérico, ele fala: “A obrigação do Estado
314 com a elaboração da comunidade protegerá o patrimônio cultural por meio de
315 inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de
316 acautelamento e preservação e ainda repressão aos danos e ameaças desses
317 patrimônios”. Então, eles usam uma coisa genérica sem respeitar a individualidade
318 dos poderes, porque logo mais embaixo é feita a divisão dos poderes onde a
319 Assembleia, qual é o objetivo dela? Seria apenas dar um indicativo do que tem que
320 ser feito e a execução fica com o poder executivo. Então, tem que ser feito a lei e
321 depois da lei ter sido feita vem o governador e coloca o regulamento através do
322 decreto para que aquilo seja executado. O que é que a Assembleia está fazendo? Ela
323 está passando por cima disso, então, nesse estudo que o conselho vai poder ler tem
324 a situação comparada ao nível federal. O congresso não tomba nada, ele não faz
325 salvaguarda de nada, ele não tem esse poder. Então, usando isso como espelho é a
326 mesma coisa. A Assembleia não tem esse poder de pegar e fazer esse ato também.
327 Então, nessa situação o que é preciso? Fazer um trabalho junto com a Assembleia,
328 primeiro de conscientização deles, de que eles estão fora da lei. Para que eles
329 entendam isso, a partir do momento em que eles entenderem isso eles vão pegar e
330 tentar fazer uma parceria, vão tentar fazer um trabalho juntos para evitar a situação
331 que tem hoje. Por exemplo, tem vários patrimônios que foram tanto imateriais quanto
332 materiais que foram tombados, mas que eles não têm os requisitos, não foi feito um
333 estudo profundo, não tem um parecer técnico, tem alguns que sequer foi consultado
334 a Secretaria de Cultura. Então, com base nisso é preciso abrir esse canal. Conversou
335 com a Dermi e ela já está verificando isso junto à comissão de Patrimônio Histórico lá
336 da Assembleia para marcar uma data para uma visita ou eles virem aqui. A ideia maior,
337 seria o conselho fazer a visita a eles lá porque monta o grupo direitinho dos
338 conselheiros para fazer essa visita para que eles vejam a força do Conselho e isso
339 está sendo organizado e, a partir disso, será iniciado um trabalho com eles onde o
340 conselho vai começar a dar os modelos de lei para eles pegarem e analisarem e fazer
341 uma lei conjunta onde possa desenvolver o trabalho do conselho de forma profunda,
342 correta e no caso deles lá, podem pegar e fazer não o tombamento por lei. Já
343 pesquisou a declaração de relevância de interesse cultural e turístico do Estado do
344 Amazonas, eles podem criar uma lei disso, “Olha é de relevância Cultural e Turística
345 do Estado do Amazonas o X-Caboquinho”. Ótimo, eles fizeram a parte deles que é
346 um reconhecimento da Assembleia daquela situação e a partir dessa lei de
347 reconhecimento desse relevante é que eles podem caminhar para Secretaria para se

348 iniciar um processo de tombamento. Então, quando se fizer isso eles vão estar
349 fazendo a parte deles e em contrapartida o conselho estará fazendo a sua. Se não
350 conseguir o tombamento por aqui, querendo ou não aquilo tem o registro da
351 Assembleia de interesse como a doutora Carla falou aqui em relação à Paricatuba, é
352 uma situação parecida. **A conselheira Regina Lobato** disse que são imóveis, nem
353 todos foram tombados, mas tem interesse de primeiro grau de preservação, interesse
354 de segundo grau, eles estão lá registrados e são mantidos. O de primeiro grau não
355 meche na fachada, não meche na cobertura, internamente pode, os outros não
356 podem. Cada um tem um parâmetro, então no imaterial pode ser a mesma coisa, não
357 precisa ser tombado tudo, tomar as relevâncias e esses outros. **A conselheira Karla**
358 **Bitar** abriu um parêntese para questionar como é que as ruínas são tombadas, são
359 registradas como patrimônio imaterial. ela quer só entender isso: questiona qual é o
360 conceito do patrimônio imaterial? Ele não está vinculado a aquela materialidade, ele
361 está vinculado ao saber, aos fazeres, as celebrações. Questionou se, a partir do
362 registro você trabalha na sua sustentabilidade, ou seja, se é imaterial seria isso,
363 ofícios, saberes, fazeres, ou seja, seria um saber, fazer aquele tipo de construção?
364 Em relação ao reconhecimento, a conselheira fala que, isso é realmente uma coisa
365 que o conselho tem que dialogar muito com a sociedade porque as pessoas acham
366 que o que é digno é o tombamento ou o registro e muitas vezes eles querem o do
367 IPHAN. Ressalta que. não basta ser municipal, estadual eles querem o federal, que
368 às vezes não tem relevância nacional, a conselheira não está falando de importância,
369 está falando de relevância. Ressaltou que a ideia do Dr. Sergio é muito válida,
370 exemplifica que a própria Assembleia produz um conhecimento do bem porque
371 quando enviar para este conselho já manda a coisa com o conhecimento tipo um
372 inventário, já faz uma consulta pública com os detentores, porque tem detentores que
373 não querem que seja registrado o bem, pode acontecer, e aí pode até produzir um
374 material, alguma publicação para deixar o registro, as vezes o que as pessoas
375 esperam é isso, não precisa necessariamente chegar em um tombamento. Aí é o
376 conselho sim, o conselho de notáveis, arquitetos, antropólogos, como é o do IPHAN,
377 sociólogos, se debruçam naquela demanda, solicitam mais algum tipo de material e
378 produzido através de uma metodologia específica também, e aí avalia se é pertinente
379 ou não. A conselheira acredita que esse é o caminho mais correto. **Dr. Sérgio**
380 concorda que esse é o caminho, se conseguir fazer essa parceria com a Assembleia
381 vai evitar vários problemas como, por exemplo, o conselho dois problemas, aliás, um
382 grande problema em andamento que foi o tombamento dos projetos do arquiteto
383 Severiano Mário Porto que foi tombado por eles 29 imóveis e o quê que ocorre?
384 Explicou que está em um processo de ação direta de inconstitucionalidade do Estado
385 contra a Assembleia lá no Supremo Tribunal Federal, que ainda não tem nenhuma
386 decisão, mas enquanto não tem essa decisão fica esse negócio de pegar e não saber
387 o que vai fazer, é para o Estado manter? Não é? Não se sabe. Fica nessa nuvem.
388 Tem outra situação que, por exemplo, é uma coisa que eles tombaram, como a
389 doutora Carla falou “nada contra a importância, mas tem que se fazer o estudo da
390 relevância”, que foi, por exemplo, o tombamento do evento Miss Amazonas, porque
391 já era um movimento, é uma coisa que é histórica, tivemos Miss Brasil, enfim, vários

392 assuntos nesse sentido, porém não tem o estudo. Apenas a apresentação da pessoa
393 que gostaria que fosse tombado, e não tem mais nenhum estudo. Então, por que não
394 tem esse estudo? Porque não tem um processo administrativo lá. Não existe uma
395 análise técnica, pode até ter análise jurídica, mas a técnica e a orçamentária não tem.
396 O que ocorre nessa situação é que eles mandariam o processo para cá porque aqui
397 tem o administrativo, ele destaca a fala da conselheira Karla, que diz: se você tem um
398 processo em que o dono não quer que tombe, lá ele não tem voz, ele não tem o direito
399 de se defender, o direito de fazer as argumentações dele para falar: “Eu não quero”.
400 Não tem como tentar reverter a situação. Aí depois a pessoa vai lá e entra com uma
401 ação também, enfim, tenta fazer outras alternativas. Aqui através de um processo
402 administrativo tem essa possibilidade, ele vai falar: “Olha eu não quero que tombe por
403 causa disso, disso e daquilo” e nós sabemos que independente da vontade do dono
404 pode ser tombado sem a vontade do proprietário, porém ele vai ter o direito de se
405 pronunciar e se contrapor aquilo. O assessor finaliza dizendo que só está aguardando
406 a Dermi marcar a data lá para comunicar e começar a ver um trabalho aí e
407 principalmente, começar a alinhar isso, para definir a segunda etapa se é melhor
408 reformar, que não é tão bom reformar a lei como nós estamos vendo, ou fazer uma
409 nova que é o mais aconselhável nesse primeiro momento, ressalta. **A conselheira**
410 **Karla Bitar** esclareceu que, quando se trata de um bem imaterial cujo suporte são as
411 pessoas, que é os saberes, os fazeres, celebrações, nesse caso eles devem se
412 manifestar em relação ao desejo de se registrar ou não em relação ao tombamento,
413 não depende da vontade do proprietário. E questiona se não vão falar do Gambá. **O**
414 **PRESIDENTE** esclareceu que na verdade, está aqui esse processo, foi localizado,
415 resgatado e vai ser encaminhado para a análise da câmara competente dos bens
416 imateriais. E podem tratar aqui. **A conselheira Bitar** disse deu uma lida rápida no
417 documento produzido por Dr. Christian. Fez um resumo como conselheira, entende
418 que o Gambá através desse documento produzido demonstra que é herança cultural,
419 que é uma herança que vem sendo transmitida de gerações a gerações, entende que
420 existe uma valorização coletiva dessa manifestação. Também identifiquei que essa
421 manifestação está impregnada na vida das pessoas, de coletivos. E também a
422 questão da relevância estadual que existe em virtude de se tratar de áreas ribeirinhas
423 e etc. Pela leitura do documento a conselheira conseguiu identificar essas quatro
424 vertentes, componentes que caracterizariam um registro de um bem imaterial, ela
425 concorda com o que foi dito no sentido do que foi dito de que necessitaria de um
426 inventário mais amplo, e aí um pouco a minha primeira ideia que deu aqui no conselho,
427 de ter a condição de contratar estudos, porque no caso da SEC o antropólogo é só
428 um, então, ele não deve ter condições, a priori deveria ser objeto um inventário mais
429 amplo, uma coisa mais aprofundada, ficou com vontade de assistir um filme ilustrando
430 tudo isso que foi dito e trazendo essa herança cultural para que se possa entender
431 melhor essa manifestação. **O PRESIDENTE** questionou o Dr. Sergio sobre qual seria
432 o próximo passo, questionou também, sobre como poderão dar continuidade a
433 questão do Gambá. **Dr. Sérgio** propõe que seja mandado para onde o presidente já
434 encaminhou, para a câmara específica. O assessor jurídico disse que pode tentar ver
435 a possibilidade nesse campo de abrir um edital ou algo assim, para primeiro ir atrás

436 de uma verba e abrir um edital para o pessoal fazer esse levantamento técnico, é uma
437 possibilidade, vai analisar isso com mais calma, porque em face da equipe reduzida
438 da doutora Regina, o conselho poderia dar uma celeridade maior nisso aí colocando
439 um prazo. **O PRESIDENTE** disse que precisa desse levantamento de custos e que
440 talvez consiga resolver essa parte de recursos, só precisaria saber o período, quanto
441 tempo será preciso, pelo menos uma base, tendo em vista, que isso é relativo,
442 entender esse custo. Então, senta lá e avalia, mais que o valor, quais seriam os
443 critérios de aplicação desse recurso. Como que ele vai chegar e avaliar tal pessoa, se
444 o valor é justo. Já compreendeu que foi pensado em abrir um edital para conseguir
445 dar uma celeridade nessa análise, avaliação, levantamento, enfim, até de possíveis
446 novos bens. **A conselheira Regina Lobato** disse que também pensou que o Gambá
447 estivesse completamente pronto feita essa pesquisa pelo dr. Christian. **O**
448 **PRESIDENTE** disse que o **Dr. Cristian** deve ter preparado só uma etapa dele, tem
449 que realmente analisar. Aí teria que pegar o que seria o checklist do conselho, o que
450 seria o passo a passo para se estabelecer como patrimônio imaterial, verificar o
451 material que se tem e ver o que é que falta. **A conselheira Karla Bitar**, esclarece que
452 o IPHAN tem uma metodologia que foi utilizada inclusive no registro do Cristian. Sem
453 mais manifestos ou assunto para serem tratado no plenário **o PRESIDENTE**
454 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 6ª Sessão Ordinária, pedindo
455 ainda que sejam providenciadas a ata e encaminhada aos conselheiros para a leitura
456 a qual será aprovada no expediente da próxima reunião, com posterior
457 encaminhamento para arquivamento da Secretária Geral do Conselho visando
458 registro nos arquivos do conselho.

MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAUJO
Presidente – 6ª Sessão Plenária Ordinária

TAMIRIS DA SILVA LIMA
Secretária Geral – 6ª Sessão Plenária
Ordinária

LISTA DE PRESENÇA

1. Eneila Almeida dos Santos – Representante Titular da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
2. Rosemara Staub de Barros – Representante Titular da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
3. Abrahim Sena Baze – Representante Titular do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA
4. Regina Maria Lopes Pereira Lobato – Representante Titular do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico da SEC
5. Karla Bitar – Representante Titular do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (IPHAN)
6. Carolina Neves – Representante em exercício representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA



EQUIPE CONEC: Sérgio Cruz – Assessor Jurídico; Symone Farias – Técnica Administrativa; Adrian Santos– Estagiário; Sofia Vasconcelos – Estagiária.

PÓS REUNIÃO

Terminado as formalidades. O presidente informou que está organizando uma sala no Palácio da Justiça para servir de sede do conselho, a qual funcionará de maneira independente da rotina do prédio. Localizada no pavimento térreo, na extremidade esquerda ao entrar no palácio, a sala conta com uma estrutura adequada, incluindo uma pequena copa. Ele mencionou que, no futuro, os encontros do conselho poderão ocorrer na sala de reuniões equipada com projetor. Expressou, ainda, sua satisfação com a produtividade do encontro, destacando os avanços e debates realizados para atender às demandas. Desejou sucesso ao complexo dos Bois do Médio Amazonas em Parintins, e mencionou a participação do Dr. Christian Pio, ressaltando que, embora não seja um projeto novo, todos os materiais estão sendo recuperados. O presidente manifestou sua ansiedade para que o conselho possa apresentar à sociedade os resultados desses encontros e demonstrar seu compromisso ao estabelecer diálogos com a prefeitura ou a Assembleia, evidenciando assim o empenho e a atuação do conselho.

